



GOVERNAR PELA DISCIPLINA: A MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS

Jéssika Aparecida Santos Ferreira¹

RESUMO: A militarização da educação pública em Goiás configura-se como uma política educacional que, a partir de 2019, expandiu-se com o apoio do governador Ronaldo Caiado e de programas do Governo Federal, incorporando lógicas de disciplina, hierarquia e controle inspiradas em modelos militares. Esta pesquisa tem como objetivo analisar a militarização das escolas como uma tecnologia de governo, ao articular mecanismos de controle social e de regulação das condutas no espaço escolar, a partir da perspectiva de Foucault (2008; 2014; 2023) sobre poder, governamentalidade e disciplina. A metodologia adotada é bibliográfica e de abordagem qualitativa, fundamentada na análise de estudos sobre militarização da educação, políticas públicas e teorias do poder. Embora apresentada como estratégia de segurança e melhoria da qualidade educacional, mobiliza práticas disciplinares e mecanismos de controle social.

Palavras-chave: Militarização; educação pública; governamentalidade; poder;

INTRODUÇÃO

Na última década, a educação pública brasileira passou por iniciativas de militarização, sendo caracterizadas pela adoção de modelos de gestão e disciplina inspirados em instituições militares. Em Goiás, os Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMG) existem desde 1976, quando foi promulgada a Lei nº 8.125, de 18 de julho. Em 19 de novembro de 1998, a portaria nº 604 institui a criação da primeira unidade de um CEPMG que tem suas atividades iniciadas em 1999, quando a Secretaria de Estado da Educação concedeu a administração à PMGO do Colégio Hugo de Carvalho Ramos, em Goiânia.

A presente pesquisa tem como objetivo entender a militarização das escolas em Goiás como uma tecnologia de governo, ou seja, uma prática que produz sujeitos e regula condutas. Parte-se do pressuposto de que a militarização das escolas não deve ser entendida apenas como uma medida administrativa, mas como uma tecnologia de governo (Foucault, 2008), que articula as práticas poder, regulação das condutas e o controle social. Trata-se de um estudo bibliográfico fundamentado em Foucault (2008; 2014; 2023), que possibilita refletir sobre os modos de exercer o poder dentro do ambiente escolar.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Língua, Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual de Goiás. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Professora P-III da Secretaria de Estado da Educação de Goiás.



A militarização das escolas públicas em Goiás está inscrita em um contexto de controle social e disciplina dos corpos. Foucault (2014) explica que poder disciplinar é exercido por meio de três instrumentos principais: a vigilância hierárquica, o exame e a sanção normalizadora. Esses mecanismos são atualizados para a realidade das escolas militares. A vigilância constante – mediada pelas câmeras e a presença da Polícia Militar – produz o panoptismo, ou seja, um estado de visibilidade permanente que induz o aluno a se autopoliciar. A sanção normalizadora é manifestada na correção de pequenos desvios de comportamento, no controle da aparência e na imposição de padrões de postura. Por sua vez, o exame se transforma em instrumento de classificação, responsável por transformar a vida escolar em uma sequência de avaliações comportamentais.

Na oficina, na escola, no exército funciona como repressora toda uma micropenalidade do tempo (atrasos, ausências, interrupções das tarefas), da atividade (desatenção, negligência, falta de zelo), da maneira de ser (grosseria, desobediência), dos discursos (tagarelice, insolência), do corpo (atitudes “incorretas”, gestos não conformes, sujeira), da sexualidade (imodéstia, indecência) (Foucault, 2014, p. 171-172)

Essa lógica não é limitada a coerção física, mas constitui uma microfísica do poder (Foucault, 2023), na qual o controle é dispersado em todas as relações. O poder não é algo que se possui, mas algo que circula, atravessando os enunciados e os corpos. Nas escolas militares, isso é apresentado na forma como os gestores, professores e alunos internalizam o olhar disciplinar, ao reproduzir práticas de controle sem que se tenham uma força externa constante. Assim, a obediência é produzida pelo próprio funcionamento do dispositivo escolar, e não somente pela imposição direta da autoridade militar.

A militarização das escolas em Goiás pode ser compreendida como um dispositivo disciplinar e biopolítica que visa governar corpos e discursos sob a aparência da segurança e da eficiência. Ou seja, é uma pedagogia da obediência que se sustenta por meio de um discurso de ordem que mascara a perpetuação de desigualdades e a limitação da autonomia dos sujeitos. O poder que atravessa essas instituições é difuso, internalizado e cotidiano, se reproduzindo na rotina escolar, nas palavras, nos silêncios e nos gestos.

OBJETO DE ESTUDO

O objeto deste estudo é a militarização das escolas públicas estaduais em Goiás, compreendida enquanto política educacional que reconfigura as práticas pedagógicas e



administrativas com base em princípios militares. Busca-se problematizar como essa política se insere em uma lógica de governamentalidade que ultrapassa a mera gestão escolar e atua na constituição de sujeitos.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica, de caráter teórico e exploratório. Fundamenta-se em uma abordagem arqueogenealógica, no qual não busca apenas descrever a militarização das escolas públicas de Goiás, mas compreender os modos de racionalidade discursiva e política que tornam possível e legitimam tal política educacional. A arqueologia permite compreender os enunciados que legitimam a militarização como política de ordem e eficiência; a genealogia, por sua vez, busca evidenciar os efeitos de poder e subjetivação que derivam dessa racionalidade.

A investigação se apoia na leitura das obras de Foucault (2008; 2014; 2023), assim como estudos contemporâneos que analisam o fenômeno da militarização das escolas públicas, como Frigotto (1994) e Saviani (2018). O estudo não envolve coleta de dados empíricos, mas constrói um quadro teórico que favorece a compreensão do processo como um desdobramento das tecnologias de governo e das estratégias biopolíticas no contexto neoliberal.

DISCUSSÕES

Ao se pensar na militarização das escolas públicas em Goiás percebe-se é um dispositivo biopolítico e disciplinar, direcionado à administração dos corpos e das condutas. Foucault (2014) destaca que o poder disciplinar constrói corpos úteis, dóceis e obedientes através de práticas diárias de vigilância e normalização. Portanto, a presença militar não é limitada a uma questão de segurança e gestão, mas um mecanismo de governo de subjetividades.

Além disso, Foucault (2014) descreve que as instituições modernas se estruturam para exercer um poder minucioso sobre os corpos. Em Goiás acontece a união desses espaços: a escola assume a forma e o funcionamento das instituições, ao unir educação e disciplina. O uniforme, a hierarquia rígida e o controle do tempo e do corpo são elementos que funcionam como meio de formação dessas subjetividades.

Essa forma de governo das condutas se insere no que Foucault (2008) denomina

governamentalidade: o conjunto de técnicas e racionalidades por meio das quais o Estado busca conduzir as condutas dos indivíduos. No caso das escolas militarizadas, o governo das almas e dos corpos se dá pela internalização de valores como disciplina, patriotismo e submissão à autoridade. Tais valores, embora apresentados como virtudes cívicas, funcionam como mecanismos de gestão social, orientando os sujeitos para a aceitação de estruturas hierárquicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das discussões desenvolvidas, é possível compreender que a militarização das escolas públicas em Goiás constitui um fenômeno que ultrapassa o campo administrativo e pedagógico, inserindo-se no âmbito das tecnologias de governo. Sob o discurso de restaurar a disciplina e melhorar o desempenho escolar, o Estado implementa um projeto de gestão das condutas e dos corpos, fundamentado na vigilância, na hierarquia e na padronização comportamental. Tal política, embora travestida de neutralidade e eficiência, revela-se como uma estratégia de controle social e de produção de subjetividades dóceis.

A militarização escolar evidencia o funcionamento do poder disciplinar que se infiltra nas práticas cotidianas, normalizando comportamentos e limitando as possibilidades de expressão. O regime de visibilidade constante, a imposição de normas e a valorização da obediência configuram um dispositivo que não apenas organiza o espaço físico da instituição, mas também molda os modos de ser e pensar dos sujeitos.

Além da disciplina individual, a militarização atua no campo da biopolítica, direcionando-se ao controle das populações jovens. Ao selecionar quais escolas serão militarizadas, o Estado traça fronteiras simbólicas entre corpos que devem ser educados e corpos que devem ser vigiados. Esse processo evidencia que a política de militarização não é universal, mas seletiva: ela incide sobre determinados grupos sociais.

Nesse contexto, a escola deixa de ser apenas uma instituição educativa para se converter em um instrumento de governo das condutas, o que Foucault (2008) denomina governamentalidade. A obediência passa a ser um valor político, e o sujeito ideal — disciplinado, patriota e submisso — é produzido como efeito do poder.



AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio ao desenvolvimento desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhete. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 15ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a crise do capitalismo real. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 75, n. 179-80-81, 1 dez. 1994.

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.